

**AO JUÍZO DA VARA DE FAMÍLIA E DE ÓRFÃOS E SUCESSÕES DE
XXXXXXXXXX.**

Fulano de tal, nacionalidade, estado civil, profissão, nascido em XX/XX/XXXX, natural de XXXXXXXX/DF, filho de Fulano de tal e Fulano de tal, RG nº XXXXXXXX – SSP/DF e CPF nº XXXXXXXX, residente e domiciliado na XXXXXXXXXXXX/DF, CEP: XXXXXXXX, telefone: XXXXXXXX, correio eletrônico: [XXXXXXXXXXXXXXXXXX](#), vem à presença de Vossa Excelência, sob o patrocínio da DEFENSORIA PÚBLICA DO XXXXXXXX (artigo 99 do CPC), ajuizar a presente

AÇÃO DE MODIFICAÇÃO DE GUARDA C/C

REGULAMENTAÇÃO DE VISITAS

do menor impúbere **Fulano de tal**, nacionalidade, estado civil, profissão, nascido em XX/XX/XXXX, natural de XXXXXXXX/DF, filho de Fulano de tal e Fulano de tal, RG nº XXXXXXXX – SSP/DF e CPF nº XXXXXXXX, **representado por sua avó materna, Fulano de tal**, em face de

Fulano de tal, nacionalidade, estado civil, profissão, nascida em XX/XX/XXX, natural de XXXXX/GO, filha de Fulano de tal e Fulano de tal, RG nº XXXXXX – SSP/DF e CPF nº XXXXXXXX, ambos residentes e domiciliados na XXXXXXXXXXXX/DF, CEP: XXXXXXXX, telefone: XXXXXXXX, e

Fulano de tal, nacionalidade, estado civil, profissão, nascida em XX/XX/XXX, natural de XXXXX/GO, filha de Fulano de tal e Fulano de tal, RG nº XXXXXX – SSP/DF e CPF nº XXXXXXXX, ambos residentes e domiciliados na XXXXXXXXXXXX/DF, CEP: XXXXXXXX, **demais dados desconhecidos**, pelas razões de fato e de direito a seguir aduzidas:

I - DOS FATOS:

O requerente é pai do menor XXXX, impúbere, com sete anos, estudante.

Os pais do menor tiveram breve relacionamento amoroso e estão rompidos com residências em domicílios diversos.

Por força de sentença judicial proferida nos autos do processo nº XXXXXXXXXXXX, de lavra do Juízo da XXX Vara de Família e de Órfãos e Sucessões de XXXXXXXXXXXX, a guarda do menor XXXX foi deferida à sua avó materna, ora requerida.

Quando da formalização do acordo de guarda do infante Fulano de tal, no ano de XXXXX, o requerente encontrava-se desempregado e sem condições de prover materialmente o seu filho, razão pela qual concordou que a guarda do menor fosse deferida à sua avó materna, ora requerida.

Há que se destacar que a genitora do menor também anuiu com a guarda judicialmente deferida à avó materna da criança.

A mãe do menor possui histórico de ser usuária de drogas e, inclusive, já esteve internada em estabelecimento para tratar de dependência química.

No referido acordo de guarda não foram tratadas as questões de regulamentação de convivência familiar, embora o requerente tenha acesso à criança em formulação proposta unilateralmente pela requerida.

Desde que a guarda do menor foi deferida à sua avó materna, o relacionamento entre o requerente e a requerida ruiu, pois ocorreram diversos episódios desagradáveis na convivência de ambos.

Na data de XX/XX/XXX a requerida registrou a Ocorrência Policial nº XXXXXXXX, de lavra da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente, onde assevera que o genitor do infante Fulano de tal é usuário de drogas, dentre outras coisas. Referida Ocorrência está colacionada nesta inicial.

Não satisfeito com o teor de tal Ocorrência Policial, o requerente, de forma voluntária, solicitou à Delegada de Polícia que fizesse encaminhamento ao IML com o propósito de fazer exame toxicológico.

O Laudo de Exame de Corpo de Delito - Toxicológico - nº XXXXXXXX, de XX/XX/XXX, e seu respectivo aditamento, dispõe que os resultados para uso de cocaína e maconha no organismo do requerente não foram detectados.

O requerente esclarece que somente não ajuizou ação de reparação por danos morais, em face da requerida, para evitar dissabores e outros transtornos que tal demanda judicial poderia trazer, principalmente pela negativa da avó materna do menor XXX em possibilitar o encontro entre pai e filho.

O requerente colaciona a esta inicial diálogos mantidos entre a avó paterna e avó materna do menor XXXX, mantidas pelo aplicativo Watsshap, onde resta claro que a requerida vem dificultando ao máximo o acesso do requerente ao seu filho.

Ademais, colaciona ainda diálogos mantidos entre o requerente e a mãe da criança, também mantidos pelo mesmo aplicativo.

No referido diálogo há informação de que a avó materna do menor tentou realizar o abordo de seu neto. Tal fato somente não ocorreu em virtude da intervenção do requerente, pai da criança.

Hoje, o requerente exerce labor autônomo, possui renda, reside com sua atual companheira, possui outro filho, e o seu ambiente familiar é totalmente ajustado.

O requerente colaciona inúmeras fotografias a esta inicial, as quais demonstram o cuidado que tem com o infante XXXX.

O requerente não deseja impedir o acesso da atual guardiã judicial ao menor; deseja sim que o infante XXXX seja criado em seu núcleo familiar, juntamente com o seu outro filho, de nome Fulano de tal, nascido em XX/XX/XXX.

A requerida não está cumprindo o acordo tácito entre ambos sobre o sistema de convivência familiar.

Por tal razão, o autor entende que a mudança para guarda unilateral a seu favor atenderá melhor aos interesses do menor Fulano de tal.

Pelo exposto, não resta alternativa ao requerente senão a busca da tutela jurisdicional para ver deferida a modificação da guarda do infante Fulano de tal, para unilateral, com visitas livres, eis que o requerente não pretende impedir o acesso da avó materna à criança.

O requerente assevera que o comportamento da avó materna do menor, com suas atitudes, certamente ensejaram danos psicológicos severos ao infante.

Caso Vossa Excelência entenda necessário, o menor poderá ser avaliado pelo psicossocial forense, inclusive para se manifestar acerca da vontade de residir com o seu genitor, ora requerente.

A requerida causou o distanciamento do convívio do requerente com seu filho, em tenra idade, o que lhe acarreta sofrimento severo.

II - DO DIREITO:

É salutar para toda criança conviver em ambiente familiar, devendo ser protegida de qualquer situação que a exponha a qualquer tipo de risco e exploração, sendo mandamento constitucional a seguridade, pela família, pelo Estado e pela sociedade, da dignidade, do respeito, além da proteção a qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Sendo assim, estatui o artigo 227, da Constituição Federal, direitos da criança e adolescente que devem ser observados:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Além disso, podemos fazer analogia ao Código Civil, em especial ao seu artigo 1.584, que menciona que a guarda será atribuída a quem revelar melhores condições para exercê-la:

Art. 1.584. *Decretada a separação judicial ou o divórcio, sem que haja entre as partes acordo quanto à guarda dos filhos, será ela atribuída a quem revelar melhores condições para exercê-la.*

IV - DOS PEDIDOS:

Ante o exposto, requer:

- a) Os benefícios da justiça gratuita;
- b) A intimação do Ilustre membro do Ministério Público;

c) A realização de audiência de conciliação/mediação, nos termos do que dispõe o inciso VII, do artigo 319, do CPC;

d) Caso seja o entendimento de Vossa Excelência, seja o presente caso levado a efeito para estudo do psicossocial forense;

e) Frustrada a audiência, a citação das rés, para apresentarem defesa, no prazo legal, caso queiram, sob pena de sofrerem os efeitos da revelia;

f) A procedência do pedido para modificar a guarda do menor XXXX para a modalidade unilateral, em favor do requerente; e concessão de convivência familiar na modalidade livre; e

g) A condenação das requeridas ao pagamento das custas processuais e honorárias advocatícios, a serem revertidos em favor do Programa de Assistência Judiciária - PRODEF (art. 3º, inciso I, da Lei Complementar Distrital nº 744/2007), deverão ser depositados no Banco XXXXXX, PRODEF.

Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidas, em especial pelos documentos colacionados a esta inicial.

Dá-se a causa o valor de R\$ XXXXXX (XXXXXXXXXXXXXX).

Nesses termos, pede deferimento.

XXXXXXXXXX/DF, XX de XXXX de XXXX.

FULANO DE TAL

Requerente

FULANO DE TAL

Defensor Público